

## FINANCIAMOS A INOVAÇÃO PARA INCENTIVAR A ECONOMIA

IV. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2. AUDITORIA INTERNA

4. COMUNICAÇÃO

1. MOVIMENTO PELA INOVAÇÃO

VI. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA



## DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - CNPJ 10.663.610/0001-29 **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017**

O modelo de governança da Desenvolve SP proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alçadas, reforçando a transparência e a responsabilidade corporativa da instituição. Constituída na forma de sociedade anônima, a Desenvolve SP possui dois acionistas: a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,998% das ações, e a Companhia Paulista de Parcerias, que possui 0,002% das ações.

Constituída na forma de sociedade anolimin, a Desenvoive Sr possul dois acionistas: a Fazenda do o Estado de Sao Paulo, com 99,998% das ações, e a Companhia Paulusta de Parcerias, que possu i 0,002% das ações.

1.1 Transparência e prestação de contas
No site da Desenvolve SP, na página delnominada "Transparência", são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos, e informações referentes aos processos internos é a Desenvolve SP.
Há, também, no site institucional, página dedicada à Governança Corporativa onde estão disponíveis informações sobre a administração da Desenvolve SP, ôrgãos colegiados e seus regulamentos, planejamento estratégico e suas diretrizes, políticas corporativas, informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e estrutura organizacional. Fiscalização, controle e prestação de contas A Desenvolve SP, compo parte integrante da administração indireta do Governo do Estado de São Paulo, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), por meio de sua Comissão de Fiscalização e Controle. Anualmente, a Desenvolve SP envia informações determinadas pela legislação a esses órgãos, bem como recebe a fiscalização in loco do TCE/SP.

A Desenvolve SP, subordinada administrativamente à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, também presta contas e recebe a fiscalização contitua daquele órgão, com envio de informações e fiscalizações in loco. Já como agência de fomento, a Desenvolve SP segue a regulação do Conselho Monetário Nacional, por meio do Banco Centrela do Brasil (Bacen), autoridade responsável pela fiscalização das instituições financeiras.

1.2 Ouvidoria e Canal do Colaborador

Banco Central do Brasil (Bacen), autoridade responsável pela fiscalização das instituições financeiras. 1.2 Ouvidoria e Canal do Colaborador Em 2017, a Ouvidoria registrou 38 manifestações, sendo dezessete reclamações, das quais treze foram classificadas como improcedentes¹, oito pedidos de informações e/ou esclarecimentos, sete elogios, quatro sugestões e duas críticas, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 4.433, de 23 de julho de 2015. Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado "Canal do Colaborador", responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

13. Órgãos colegiados

A estrutura de Governança Corporativa da instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados:

Conselho de Administração: é o órgão de decisão superior da instituição responsável por sua orientação estratégica.

O qual monitora o desempenho e os riscos, orientando a tomada de decisões estratégicas da instituição.

Diretoria Colegiada: Em conjunto com o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

Conselho Fiscal: o Conselho Fiscal da Desenvolve SP exerce seu papel de fiscalizador das contas da instituição, bem como dos atos de seus administradores.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP é composto por membros independentes e atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Compete a ele assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições, relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis, adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos, e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Interna.

Comitê de Remuneração: composto por três membros efetivos e um suplente, com mandato de dois anos, renovável até o máximo de dez anos, é responsável pela Política de Remuneração de Administradores.

2. AUDITORIA INTERNA

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada ecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e ssessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2017 com 152 empregados ativos, além de quatro Diretores, 14 estagiários e 39 empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 209 colaboradores.

A Desenvolve SP acredita que valores morais como respeito, seriedade, honestidade e lealdade devem fazer parte da conduta e postura profissional de seus colaboradores, espelhados em seu Código de Ética e Conduta e no Programa de Integridade Anticorrupção.

A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alavancar o crescimento econômico. Para tanto, fomenta iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007. Constituí o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para

Constitui o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 1 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 11 de março de 2009 e faz parte de administração indireta do Estado, sendo vinculada à Seretaria da Fazenda. A Desenvolve SP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o estado de São Paulo. O seu papel é coordenar e implantar políticas financeiras de fomento. Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando o aumento da competitividade e sustentabilidade das empresas paulistas.

Faz parte do escopo da Desenvolve SP apoiar prioritariamente as pequenas e médias empresas, com faturamento anual entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, atuantes nos diversos setores da economia paulista: indústria, comércio,

agronegócio e serviços. Para empresas com faturamento de até R\$ 360 mil a Desenvolve SP atua por meio dos programas de governo e fundos de desenvolvimento.

fundos de desenvolvimento.
Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.
As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras. VISÃO: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista VALORES: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PRINCIPAIS DIRETRIZES RELAÇÃO COM O GOVERNO: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o

desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, e reduzindo as diferenças regionais. **INOVAÇÃO:** Fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da

AUTOSSUSTENTABILIDADE: Assegurar a autossustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL: Buscar a excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração organizacional.

PLANO ESTRATÉGICO DE CURTO E LONGO PRAZO

Além disso, em consonância com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo de 2018 a 2022 da Desenvolve SP, onde constam informações sobre a estratégia de atuação da instituição e seu plano de negócios. Na análise das forças, riscos e oportunidades, foi observado que o que era uma oportunidade em 2017, passou a ser

Na análise das forças, riscos e oportunidades, foi observado que o que era uma oportunidade em 2017, passou a ser um ponto forte da Instituição: o apoio à inovação. Hoje, no mercado que fomenta esse setor, a Desenvolve SP já é reconhecida como uma referência.

As macro ações propostas para 2018 foram:

Curto/Médio prazo:

Apoiar Projetos Inovadores;

Apoiar Projetos de Éficiência Energética e de Energias Renováveis;

Apoiar Projetos de Éficiência Energética e de Energias Renováveis;

Crédito orientado ao microempreendedor/microcrédito;

Apoiar programas de Governo em setores/regiões estratégicas;

Envidar esforços para a transferência dos Fundos de Desenvolvimento, com vistas à eficácia da gestão e da aplicabilidade dos recursos e o aumento das receitas;

Intensificar relações com entidades multilaterais a fim de transferir conhecimento técnico e captar novos recursos. Longo prazo:

Intenstricar relações com emodos de la lostituição - Capitalização da Instituição;
Gestão de recursos visando a sustentabilidade da Instituição - Capitalização da Instituição;
Apoiar projetos que promovam o aumento da Produtividade e da Competitividade das Empresas Paulistas.
Vale ressaltar que os resultados do Plano de Negócios de 2017 são relatados em um relatório específico que, após aprovação dos órgãos colegiados internos, será publicado no site institucional da Desenvolve SP.

A Desenvolve atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Além disso, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoia o crescimento das empresas paulistas, inclusive startups, via Fundos de Investimento em Participações (FIPS), e abrange todo o território paulista atravies das parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos. 1. LINHAS DE FINANCIAMENTO

1. LINHAS DE FINANCIAMENTO
 A Desenvolve SP, no ano de 2017, disponibilizou 32 linhas de financiamento a diversos setores e públicos, com dois lançamentos para o setor privado:
 - Linha Crédito Digital - Giro: Linha de financiamento com recursos originados de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa BNDES Giro. A Desenvolve SP é pioneira, no Brasil, nessa modalidade, disponibilizada de forma rápida e digital.
 - Linha de Financiamento para estudos em projetos de infraestrutura (LPI): Lançada em dezembro de 2017, é destinada a fornecer apoio financeiro, com recursos próprios, para empresas privadas interessadas na elaboração de estudos técnicos destinados à preparação de projetos de infraestrutura formatados como concessões comuns e Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos municípios paulistas. Com o limite de até R\$ 1 milhão por projeto, os recursos poderão ser utilizados para contratar pesquisadores, especialistas e consultores, comprar softwares, bancos de dados, serviços e equipamentos especializados, participar em congressos e seminários, entre outros itens.

Setor Público

Gados, serviços e equipamentos especializados, participar em congressos e seminanos, entre outros itens. 
Setor Público
O crédito ao setor público é um forte indutor de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, da melhoria da qualidade de vida da população. A Desenvolve SP tem o compromisos de apoiar projetos municipais em infraestrutura, transporte, iluminação pública, entre outros. 
Em 2017, a Desenvolve SP ofertou otro linhas de financiamento para o setor público que oferecem juros baixos e prazos longos para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura da cidade, sem comprometer a saúde financeira do município. 
Em 2017, foram concretizados importantes passos na realização de parcerias para captação de recursos destinados ao setor público, com destaque para a criação de uma nova linha:

- Linha Programa Frota Nova Municípios: Lançada em abril de 2017, a linha é destinada aos municípios do estado de São Paulo para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos novos. Cada município tem o limite máximo de financiamento de R\$ 500 mil. Com prazo de até seis anos, incluidos seis meses de carência, as prefeituras ficam isentas da taxa de juros, que são equalizadas pelo Governo do Estado, caso paguem em dia as suas obrigações mensais. 
Programas de Governo
O Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Desenvolve SP, elabora programas para o desenvolvimento de regiões do estado e para setores da economia.

O Governo do Estado de São Paulo, em parceira com a Desenvolve SP, elabora programas para o desenvolvimento de regiões do estado e para setores da economia.

Atualmente, a Desenvolve SP conta com o Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira; Programa São Paulo Inova, com o objetivo de apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo; e o Programa de Apoio ao Setor Avícola, cujo objetivo é apoiar empresas do setor por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do ICMS.

No ano de 2017, foram lançados três programas de governo:

- Programa Juro Zero Empreendedor (Promei): O Programa Juro Zero Empreendedor (Promei), lançado pelo Governo do Estado de São Paulo, em parceria com o Serviço de Apoio às Mícro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (Sebrae-SP), e a Desenvolve SP, tem como propósito oferecer crédito com juro zero para os microempreendedores individuais (MEI) paulistas que concluiram o programa Super MEI, do Sebrae-SP, e não possuem restrições cadastrais no CNPJ e no CPF.

O Programa conta com recursos do Sebrae-SP e equalização dos recursos do programa. O Programa teve início em agosto de

ponsável pela gestão, administração e operacionalização dos recursos do programa. O Programa teve início em agosto de 2017, sendo operacionalizado pelos Escritórios Regionais do Sebrae-SP, tendo a Desenvolve SP como agente financeiro. *Avançar Cidades/Prò-Transporte*: programa de financiamento com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de

Avançar Cidades/Pró-Transporte: programa de tinanciamento curii recursos do i unido de Sutinado a Consciencia Serviço (FGTS), destinado a municípios paulistas, para investimento em sistemas e infraestrutura de mobilidade urbana. A primeira fase da parceria irá liberar R\$ 165,0 milhões para financiar projetos de instalação, ampliação, modernização e adequação da infraestrutura de transporte público coletivo urbano e obras civis - pavimentação, ampliação, participado de vigilidade periodice entre outras. equipamentos, investimentos em tecnologia e aquisição de veículos, entre outras. Programa Água Limpa: O Programa Água Limpa visa implantar sistemas de tratamento de esgotos em municípios com até 50 mil habitantes não atendidos pela Sabesp e que despejam seus efluentes "in natura" nos córregos e nos locais. Instituído pelo Governo do Estado de São Paulo em 2005, o Programa passou a ser operado pela Desenvolve SP em

2017, por meio do Decreto Estadual nº 63.107, de 26 de dezembro de 2017, que autoriza a instituição a criar linhas inciamento específicas para o Programa. Além de garantir o saneamento básico da região, o programa propicia vetores de desenvolvimento agrícola, industria ou de lazer, face à melhora no binômio disponibilidade-qualidade das águas, com o consequente aprimoramento na

qualidade de vida e renda das pessoas.

2. FUNDOS GARANTIDORES

A Deservolve SP oferece quatro fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: o Fundo de Aval (FDA), o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e Fundo Garantidor de Operações (FGO). Desde o início de suas operações, junto à Desenvolve SP, até 31 de dezembro de 2017, os fundos garantidores já foram utilizados em 1.146 operações.

3. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

Ativo Circulante

Total do ativo

Além do Fundo de Aval (FDA), a Desenvolve SP administrou três fundos, com patrimônio total de R\$ 530 milhões: o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), o Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac) e o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR). Além destes, em dezembro de 2017, foram finalizadas as transferências dos seguintes fundos BANCO DO POVO: O Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo. Ba

(BPP), tem como objetivo criar alternativas de crédito popular para geração de emprego e renda, por meio da aplicação de recursos em microempreendimentos e micro e pequenas empresas.

Com a transferência do Banco do Povo, em dezembro de 2017, a Desenvolve SP passa a incluir as microempresas em

seu público-alvo ampliando assim seu campo de atuação ao trabalhar com microcrédito. Além de auxiliar o empreendedor, o microcrédito produtivo orientado cria um ciclo virtuoso que leva benefícios a todo entorno do negócio.

- <u>FIDES e FIDEC</u>: O Fundo Estadual de Desenvolvimento Social (FIDES) e o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento

Econômico (FIDEC) são constituídos para financiar novos empreendimentos no estado de São de Paulo ou que visem a ampliação, fusão ou incorporação de empreendimentos já existentes. Atualmente, os Fundo Estado de São de empreendimentos já existentes. Atualmente, os Fundo Estado atual para Prevenção e Remediação de Areas Contaminadas (FEPRAC) é estinado à proteção do solo contra alterações prejudiciais às suas funções, bem como à identificação e à remediação de áreas contaminadas. Foi realizado aporte de R\$ 500 mil no momento da transferência para a Desenvolve SP em Dezembro/2017. Estão em tratativas as transferências do Fundo Estadual de Controle da Poluição (Fecop) e Fundo de Desenvolvimento

Econômico e Social do Pontal de Paranapanema (Fundespar).
O Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) e o Fundo Estadual de Saneamento (Fesan) serão transferidos após a conclusão da transferência e operacionalização dos fundos citados acima.

4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento:

Fundo Inovação Paulista: idealizado pela Desenvolve SP, faz parte do Programa São Paulo Inova e tem como foco setorial pequenas e médias empresas e startugo inovadoras nos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias amá saíde instaladas no estado de São Paulo. Fundo Aeroespacial: de abrangência nacional, é destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e interpresão de distributors. Fundo Performa Investimentos SC-I; tem como obietivo o investimento em empresas emergentes inovadoras

localizadas no estado de São Paulo e foco em investimentos nos setores de tecnologias sustentáveis (*clean tech*), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação. MILTON LUIZ DE MELO SANTOS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor Presidente ÁLVARO SEDLACEK

Diretor Financeiro e de Negócios JOAQUIM ELÓI CIRNE DE TOLEDO JULIO THEMES NETO

Diretor de Fomento e de Crédit

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As melhoras apresentadas no ambiente macroeconómico demoraram a impactar o mercado de crédito. A concessão de crédito com recursos livres à pessoa jurídica acumulou o quinto ano seguido de queda en 2017, com redução de 4,0% em termos reais ante 2016. Ainda assim, a tendência ao longo do ano passado foi de estabilização e o 4º trimestre registrou aumento importante e inédito desdeo o 4º trimestre de 2012. Apesar das melhoras a presentadas nos indicadores em 2017, a dualidade da capacidade ociosa da economia permanece em 2018, ou seja, se por um lado facilita a retomada do crescimento, por outro, significa que possíveis investimentos em ampliação tendem a ser postergados. Para 2018, economistas projetam um crescimento do PIB de 2,7% a 3%, confirmando, assim, a retomada da economia, mas o alcance e a qualidade do crescimento ainda dependem do futuro das reformas e do cenário eleitoral.

CIONELHO DE ADMINISTRAÇ
cio Luiz França Gomes - Presio
Arnaldo Calil Pereira Jardim
Francisco Vidal Luna
José Luiz Ribeiro
Lidia Goldenstein
Luiz Carlos Motta
Marcos Antonio Monteiro
Milton Luiz de Melo Santos
Roberto Brás Matos Macedo

Obrigações por repasses do País

Cobrança e arrecadação de tributos Obrigações sociais e estatutárias

Obrigações fiscais e previdenciárias

Recursos para destinação específica

Obrigações por repasses do País

Instituições oficiais

Outras obrigações

Instituições oficiais

FINAME

Diversos Não circulante

FINAME

Diversos

1.624.505 1.512.839

FINEP

FINEP

DIRETORIA COLEGIADA Milton Luiz de Melo Santos - Diretor Milton Luiz de Melo Santos - Diretor Presidente Álvaro Sedlacek - Diretor Financeiro e de Negócios Joaquim Elói Cirne de Toledo - Diretor de Infraestrutura e TI Julio Themes Neto - Diretor de Fomento e de Crédito CONSELHO FISCAL Kolly Longe Lomper

Kelly Lopes Lemes Isadora Chansky Cohen Nelson Okamura - Suplente Fernanda Montenegro de Menezes Rizek - Suplente

Nota 31.12.2017 31.12.2016

66

107.884

26.499

11 125

58.235

4.497

24.942 7.562

398.157

392.331

245.253

67.229

79 849

Fluxo

52

52 Lucro

76.297

32.397

3 648

41.207

16.709

6.708

341.021

333.431

204.920

82.027

46 484

7.590

6.885

556

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais) Nota 31.12.2017 31.12.2016

**BALANCOS PATRIMONIAIS** 

346.254 33.457 72.074 Depósitos Depósitos vinculados

### Carteira própria Operações de crédito 280.246 247.840 89.237 93.538 211.451 176.796 Setor privado (Provisão para operações de crédito) (20.442)(22.494)**Outros créditos** 21.254 28.921 Créditos tributários 20.670 28.387 Rendas a receber 340 264 Outros valores e bens 43.463 36.036 Bens não de uso próprio 35.997 (Provisão para desvalorização) (39) Despesas antecipadas 1.172.276 Não circulante Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 335.603 276.370 Carteira própria 337.904 281.275 (Provisões para desvalorizações) (2.301)Operações de crédito 815.046 831.638 Setor público 172.231 224.503 Setor privado (Provisão para operações de crédito) 687,695 650.756 Outros créditos 21.627 22.552 Créditos tributários 36.025 Permanente 35.192 Imobilizado de uso 31.816 32.407 31.761 31.761 Imóveis de uso Outras imobilizações de uso 1.687 1.748 (Depreciações acumula (1.102) Intangível 3.376 3.618 Outros ativos intangíveis 5.142 5.142 (Amortização acumulada)

# Fundo CRP Empreendedor: é um Fundo de Investimento em pequenas e médias empresas inovadoras nacionais, dos setores de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais. Fundo BBI Financial I: tem como objetivo o tema de ciências da vida e atua com foco serioi dem empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrificola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizadas em todo Brasil. e dezembro de 2017, o capital investido pela Desenvolve SP nos fundos de investimento foi de R\$ 35 milhões. No al, 45 empresas foram investidas, das quais 35 estão localizadas no estado de São Paulo.

A Moody's conferiu à Desenvolve SP, em maio de 2017, o rating Ba2 de emissor de longo prazo e *Not Prime* de curto prazo na escala global em moeda local, e Aa2, br e BR-1 para rating de emissor na esc ara longo prazó e curto prazo, respectivamente, com perspectiva negativa. O perfil de risco de crédito individual d esenvolve SP, o qual determina sua força financeira, é Ba3.

A Fitch, que também avalia a Desenvolve SP, após revisão em fevereiro de 2017, reafirmou ao Issuer Default Rating (IDR) de longo prazo, em moeda estrangeira e local, o rating BB, com perspectiva negativa, e de curto prazo, em moeda estrangeira e local, o rating nacional de longo prazo foi revisado para Ad(pra), com perspectiva estável, o rating nacional de curto prazo foi afirmado em F1+(bra) e o rating de suporte em 3.

## 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

5. PARCEIROS
m 2017, foram formalizadas 14 parcerias, como com o Sindicato de Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sincofarma), Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Associação do larque Tecnológico de São José dos Campos, entre outras.
Parceria com Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB): Firmada em dezembro de 2017, tem o objetivo de obter apoio dessa entidade na elaboração de estudos e projetos de PPPs com foco em infraestrutura urbana em quatro áreas: iluminação pública, resíduos sólidos, saneamento básico e mobilidade urbana.
Credenciamento da Desenvolve SP no Fungetur. A Desenvolve SP assinou um termo de credenciamento para ser agente repassador dos recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). O Fundo tem por objetivo apoiar a implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, de qualquer porte, como hotés, agências de viagens e parques temáticos. O fundo consiste em um mecanismo de crédito ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social e econômico. A Desenvolve SP obteve um aporte de R\$ 8,6 milhões para repasse às empresas que atuam no setor.
Ném das parcerias, foram formalizados, no ano de 2017, os seguintes memorandos de entendimento e termos de ooperação:

3. DESEMPENHO OPERACIONAL
3.1 Desembolsos
Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 2.704,2 milhões, com um total de 3.825 operações para 1.992 empresas e prefeituras distribuídas em 286 municípios.
No ano de 2017, os desembolsos somaram R\$ 352,7 milhões, um crescimento de 25,0% em relação a 2016, que somou R\$ 282,2 milhões. Dos desembolsos realizados em 2017, 52,1% foram com recursos próprios e 47,9% com recursos de terceiros, para 542 empresas de 148 cidades.
Desde 2010, a Desenvolve SP vem priorizando financiamentos a projetos de investimento, sendo os desembolsos de 2017 direcionados principalmente para esses projetos, com 52,2% do total, e 43,1% destinados a pedidos de financiamento para capital de giro, enquanto 4,7% foram para aquisição de máquimas e equipamentos. Cabe destacar que dos pedidos de financiamento para capital de giro, 50,3% foram destandos ao Programa de Governo de Apoio ao Setor Avicola (Proavi), representando 21,7% do total desembolsado em 2017.
Para o setor da Indústria foram desembolsados, em 2017, um total de R\$ 159,6 milhões, que corresponde a 45,2% das liberações efetuadas no ano, a maior representatividade para o período, seguido pelo setor de serviços com

das liberações efetuadas no ano, a maior representatividade para o período, seguido pelo setor de serviços com 34,7%, setor de comércio com 10,4%, setor público com 9,4%, e setor do agronegócio com 0,3%.

ém das parcerias, foram formalizados, no ano de 2017, os seguintes memorandos de entendimento e termos de operação:
Memorando de Entendimento junto ao R20 (Regions of Climate Actions): O R20 é a união de esforços de pessoas e entidades internacionais para a o desenvolvimento de ações junto a governos subnacionais para a construção de projetos limpos, os quais tendem a suportar questões ambientais. O Memorando de Entendimento em questão possui o objetivo de buscar soluções para a implantação de projetos de iluminação pública no estado de São Paulo. Assinatura de Carta-Convéhici com o Banco Internamericano de Desenvolvimento (BID): o objetivo da parceria e aumentar o investimento em projetos de Eficiência Energética e Energia Renovável (EE/ER) e preparar um Programa para mobilizar investimento privado nas ações de mitigação e modelos de negócios sustentáveis e de basito carbono por meio de Bancos Nacionais de Desenvolvimento. Para tanto, o BID disponibilizará recursos não reembolsáveis para a Desenvolve SP, com prazo de execução de 60 meses e, em contrapartida, a Desenvolve SP terá a responsabilidade de conceder apoios técnico, logístico e de sercetaria, necessários para o desenvolvimento de Cooperação Técnica fo o montante dos fundos outorgados pelo Banco para realização da Cooperação Técnica foi de US\$ 200 mil. Memorando de Entendimento entre a Desenvolve SP e a Companhia Nacional Chinesa de Engenharia e Eletricidade (China National Electric Engineering Company - CNEEC): em outubro de 2017, foi firmado um memorando de entendimento no valor de US\$ 1 bilhão com o objetivo de desenvolver um projeto em conjunto, utilizando a expertise da CNEEC e as linhas de financiamento oferecidas pela Desenvolve SP para instalar, no estado de São Paulo, uma central de energia fotovoltaica.

Desenvolve SP tem, ainda, acordo operacional firmado com o Banco de Desenvolvemot da América Latina (CAF), Indidstrias Romin, o KTVB Bankengruppe, agente financiemeto do Governo Federal Alemão, o Sebrae-SP, dentre outros. Destacam-se nos desembolsos ao setor privado os realizados a projetos inovadores, que somam 48,6 milhões, um crescimento de 4.9% em relação a 2016 GESCHIERTO DE 41,370 ETITIENTADO A ZUTO.
EM 2017, a Si linhas com repasse do Finep, Inovacred e Inovacred Expresso, totalizaram R\$ 44,3 milhões em desembolso para 57 empresas. Além disso, a Desenvolve SP foi a maior instituição repassadora, em valor contratado, para as

empresas de portes 1 e 2º no período.

empresas de portes 1 e 2² no período. As micro e pequenas empresas representam 53,6% do desembolso acumulado para inovação, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do estado de São Paulo. Destacam-se no ano de 2017, do financiamento ao setor privado que somou R\$ 319,7 milhões, os desembolsos realizados por meio da Linha Proavi, voltada para o financiamento de projetos de modernização, aumento da capacidade produtiva, ampliação e expansão dos negócios, que totalizaram R\$ 76,7 milhões, representando 24,0% dos desembolsos para o setor privado e benefíciou quatorze empresas vinculadas ao programa. Os desembolsos para o setor privado para despesas operacionais, totalizaram R\$ 50,1 milhões, 15,7% do total desembolsado no ano para o setor e atendeu 108 Cientes. Destacam-se também os desembolsos para a tendeu 108 Cientes. Destacam-se também os desembolsos para micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) com um total de R\$ 236,8 milhões, 74,1% do total do setor privado em 2017. Setor Público

milnoes, 74, 1% do total do setor privado em 2017. <u>Setor Público</u>

Devido aos desdobramentos das crises política e econômica dos últimos anos, os desembolsos ao setor público em 2017 foram os mais impactados apresentando uma queda de 68,7% em relação a 2016. Apesar das dificuldades, a Desenvolve SP concedeu, em 2017, R\$ 33,0 milhões em desembolsos para o setor, totalizando um desembolso acumulado, desde 2009, de R\$ 487,9 milhões. Além disso, em 2017, 6 novas cidades foram beneficiadas com os recursos das linhas de financiamento. Desde o início das operações com o setor público. 74 municípios paulistas já foram beneficiados com financiamentos a projetos de infraestrutura, pavimentação urbana projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de gás carbônico e reduzam o impacto ambiental na itividades da administração pública, entre outros.

Em 2017, a Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, foi a que apresentou maior representatividade com um total de R\$ 22,1 milhões, atendendo onze municipios. A Linha Distrito Industrial, que financia projetos municipais destinados à adequação ou construção de distritos industriais, compreendendo a infraestrutura básica para a instalação de parques industriais, totalizou R\$ 4,8 milhões em desembolsos, representando 14,6% do total para o setor, atendendo sete municipios. A nova Linha de Financiamento para Estudos em Projetos de Infraestrutura (LPI) visa suprir as dificuldades encontradas pelas prefeituras na elaboração de projetos. A dificuldade das prefeituras no processo de formalização das operações devido às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional limitou ainda mais o volume de financiamentos ao setor público em 2017.

3.2 Saldo das Operações de Crédito
O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 1.161 milhões, em 31 de dezembro de 2017, um crescimento de 1,3% se comparado com 2016. Segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica com recursos livres caiu 2,0% no ano de 2017.
As operações de financiamento para projetos de investimento são as de maior representatividade, com 77,1% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo.
As operações de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos representaram 14,4%, e, para capital de giro, 8,5% do total da carteira. de vicinais, foi a que apresentou major representatividade com um total de R\$ 22.1 milhões, atendendo onze município:

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 25,91% de operações com vencimento de até 360 dias e 74,09% acima de 360 dias. Vale destacar que 89,33% da carteira está classificada entre os *rating*'s "AA" e "C". O Índice de Inadimplência<sup>3</sup> fechou 2017 em 4,01%.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2017, um lucro líquido de R\$ 46,7 milhões.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.060 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2017, foi de 4,44%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 116,5 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 50,3 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 66,2 milhões. O total de ativos alcançou R\$ 1.625 milhões, em 31 de dezembro de 2017, composto por 67,42% de operações de crédito (57,08% de recursos próprios e 42,92% com recursos de terceiros), 25,1% de titulos e valores mobiliários e 5. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS Os juros sobre o capital próprio são calculados e creditados aos acionistas, de acordo com o limite máximo permitido pela legislação vigente, com distribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro liquido ajustado, sem prejuizo da competência privativa da Assembleia de Acionistas para deliberar sobre o montante que

xceder ao dividendo mínimo obrigatório, considerando as possibilidades de destinação, quais sejam: constituição de eserva de lucro, distribuição de dividendos ou capitalização (aumento do capital social), a cada exercício. VII. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Desenvolve SP tem consciência de que um bom resultado financeiro e operacional só resultará em ganhos realmente positivos para a sociedade se estiver alinhado aos conceitos de sustentabilidade. Com a aplicação de políticas e adoção de ações práticas de responsabilidade socioambiental, a Desenvolve SP busca cumprir com a sua missão e garantir o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

1. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, ÉTICA, INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE

2. QUALIDADE DE VIDA

A Desenvolve SP tem um compromisso contínuo com a ética e o desenvolvimento econômico, promovendo a melhoria da qualidade de vida como um todo, com a adoção de políticas, práticas e procedimentos em benefício da

A Desenvolte SP zela pela saúde e segurança de seus colaboradores, observando e cumprindo rigorosamente a legislação aplicável, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa): órgão independente e autónomo, ligado administrativamente ao Gabinete da Presidência. Seu objetivo é, em síntese, prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a

Campanha de Vacinação: Em 2017, a Desenvolve SP teve o recorde de imunização contra o vírus da gripe, com 138 pessoa:

4. COMUNICAÇÃO
Com a missão de construir e zelar pela imagem pública da instituição, fixar sua marca e divulgar as linhas de financiamento, ações e programas junto aos seus clientes, stakeholders e toda a população do estado de São Paulo, a Superintendência de Comunicação (SUCOM) é responsável por coordenar e realizar as ações de comunicação, imprensa e marketing da Desenvolve SP.
Campanha de Inovação: aproveitando elementos da estratégia da campanha bem-sucedida do ano anterior, a SU-COM continuou trabalhando em 2017 o posicionamento da Desenvolve SP como uma instituição que apoia a inovação e o empreendedorismo nas PMEs, além de divulgar o Crédito Digital, uma linha de capital de giro com um eficiente sistema de aprovação criado para ajudar os pequenos negócios a manterem suas operações em dia. Com ações de comunicação integrada, a Desenvolve SP se aproximou ainda mais dos pequenos e medios empresários paulistas. Transformando Cidades: em 2017, foi criada uma campanha especial para o setor público. Primeira ação com esse objetivo, nossa estratégia de atuação foi elaborar uma comunicação regionalizada, mostrando a importância e o impacto dos financiamentos da Desenvolve SP nos municípios e na qualidade de vida da população.
Revista Desenvolve SP

Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que tem como contrapartida ganhos positivos para a sociedade. Ao todo, foram R\$ 180 mil destinados a cinco projetos, para captação de recursos com incentivo fiscal no âmbito de programas e legislações como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Idoso, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), Lei de Incentivo ao Esporte e Lei Rouanet. 1. MOVIMENTO PELA INOVAÇÃO

Em 2017, a Desenvolve SP promoveu a terceira rodada de eventos do Movimento pela Inovação, cujo objetivo é apoiar pesquisadores, startups e pequenos e médios empresários a investirem em inovação, para tornar suas empresas mais competitivas, melhorar seus produtos, serviços e processos.
Foram realizados, em 2017, eventos pontuais em cidades ou regiões estratégicas, com direcionamento mais focado nas dificuldades e gargalos que os empresários ainda encontram ao procurar recursos para inovação.
Durante os eventos, empresários e pesquisadores tiveram a oportunidade de conhecer melhor as opções de apoio à inovação, não apenas na forma de financiamento, mas tarnbém de subvenção econômica (não-reembolsável) e por meio de fundos de investimento em participações, além de conhecer de perto diversas entidades que oferecem todo suporte à inovação que vai muito além do crédito, como FAPESP, Finep, IPT, Inova Paula Souza, os SENAJ, o Instituto Euvaldo Loi, entre outros. Neste ano, os eventos foram realizados em Sorocaba, São José dos Campos, Marília, Ribeirão Preto e pela primeira vez em São Paulo na sede da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (RESP). Ao todo mais de 300 empreendedores foram atendidos. Desde 2015, foram 24 eventos em 13 cidades, no interior e na capital; mais de 1.600 empresários participaram das palestras, debates ou receberam atendimento individual.

VI. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO VIII. DESTACUES

Lançamento de um programa e uma linha de financiamento destinados ao setor público: programa de financiament Avançar Cidades/Pró-Transporte, com recursos do FGTS e a linha de financiamento Frota Nova Municípios. Lançamento do Programa Juro Zero Empreendedor, em parceria com o Sebrae-SP, cujo objetivo é disponibiliza a concessão de financiamentos, com juros zero, para microempreendedores individuais, a fim de alavanca investimento produtivo. O Programa conta com recursos do Sebrae-SP e equalização de juros pelo Estado de São Paulo. A Desenvolve SP é a responsável pela gestão, administração e operacionalização dos recursos do programa. Lançamento da **Linha Crédito Digital - Giro**, com repasses de recursos do BNDES, e realizada de forma digital,

por meio da plataforma do Programa de Concessão de Crédito - Crédito Digital, mediante a certificação digital e-CNPJ, para autenticar eletronicamente a operação. A Revista Desenvolve SP foi vencedora do seu segundo prêmio, o Prêmio Excelência e Inovação em PR 2017, representado pelo reconhecido Troféu Jatobá, e que contempla trabalhos de comunicação realizados no

País e em toda a América Latina.

A Desenvolve SP ficcu em 2º lugar no prêmio de comunicação Latin American Excellent Award 2017, com o case Movimento pela Inovação. O prêmio reconhece as melhores iniciativas de comunicação da América Latina.

Atuação da Desenvolve SP, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, no Pitch Gov, iniciativa do Estado para encontrar soluções, entre empresas nascentes inovadoras, para desafios na gestão pública do Estado. Na primeira edição, uma das empresas finalistas foi financiada pela Desenvolve SP. A segunda fase do Pitch Gov foi lançada em 15/09/2017.

Transferência do Fundo de Investimento de Crédito Produtivo de São Paulo, Banco do Povo Paulista (BPP) para a Desenvolve SP. Com a transferência, a Instituição passa a incluir as microempresas em seu público alvo ampliando assim seu campo de atuação ao trabalhar com microcrédito. Improcedente: reclamação que, após análise, não há constatação de descumprimento, por parte da Desenvolve SP, do Código de Defesa do Consumidor, de legislações e normativos de órgãos reguladores ou de cláusula contratual

1. CONJUNTURA ECONOMICA

O ano de 2017, foi o ano em que os resultados na esfera econômica começaram a aparecer, após muitas idas e vindas dos indices de confiança e da atividade propriamente dita, e com isso, marcou o descolamento da economia do ambiente político. Depois de um periodo de sucessivas quedas, o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer, ainda que timidamente. Além disso, a inflação foi controlada, e necerando o ano abaixo do piso da meta, uma situação inédita desde a implantação do sistema de metas. Com a inflação controlada, o Conselho de Política Monetária teve espaço para reduzir as taxas de juros, saindo de 13,75% no inciú od aono para 7,0% no final do período. Com relação ao desemprego, apesar da discreta melhora em 2017, o índice continua elevado, fechando o ano em 12,7%. De acordo com relatório do PNAD, apesar de as taxas indicarem uma tendência de queda a cada trimestre, a qualidade dos empregos não melhorou, já que a maioria das vagas não oferece carteira assinada. As melhoras apresentadas no ambiente macroeconômico demoraram a impactar o mercado de crédito. A concessão de crédito com recursos livres à nessoa jurídica acumulou o quito, ano sequiros de polar con con reduzão de crédito. A concessão para de contra de producto de queda em 2017, com reduzão de mada entre o cliente e a instituição <sup>2</sup> Classificação de portes pelo Finep: Porte I - empresas com receita operacional bruta anual ou anualizada inferior a R\$ 4,8 milhões; Porte II - empresas cuja receita operacional bruta anual ou anualizada igual ou superior a R\$ 4,8 milhões e inferior ou igual a R\$ 16,0 milhões; e Porte III - empresas cuja receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 16,0 milhões e inferior ou igual a R\$ 90,0 milhões.

<sup>3</sup> Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito. COMITÊ DE AUDITORIA

Francisco Vidal Luna - Presidente Carlos Eduardo Sampaio Lofranc Jerônimo Antunes

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Carlos Eduardo Sampaio Lofranc

(13.690)

(4.818) (35.125) (25.327)

37.362 29.333 23.122

25.428 33.457 10.335 62.790 62.790 33.457

37.362 29.333 23.122

continua →

- (13.372) (9.037)

Francisco Vidal Luna - Presid

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais,

	2° semestre		
Nota	de 2017	2017	2016
de caixa das atividades operacionais			
o antes do imposto de renda, contribuição social e participações	20.065	66.326	57.194
tes ao lucro antes dos impostos e participações	17.685	21.917	47.855
visão para créditos de liquidação duvidosa	16 654	23 357	44 732

Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações	17.685	21.917	47.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.654	23.357	44.732
Depreciação e amortização	434	914	1.578
Provisão para desvalorização de títulos livres	538	(2.604)	1.018
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	39	-
Provisão para passivos contingentes	59	211	527
Lucro ajustado antes dos impostos e participações	37.750	88.243	105.049
Variação ativo/passivo	4.446	(23.703)	(24.793)
(Aumento)/redução em TVM	(51.663)	(65.913)	50.313
(Aumento)/redução operações de crédito	5.954	(39.171)	(78.297)
(Aumento)/redução outros créditos	697	8.592	(3.943)
(Aumento)/redução outros valores e bens	(7.495)	(7.466)	(321)
Aumento/(redução) depósitos	14	14	5
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	40.489	90.487	45.732
Aumento/(redução) outras obrigações	19.166	9.528	(6.793)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.716)	(19.774)	(31.489)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	42.196	64.540	80.256
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(16)	(82)	(31.792)
Aplicações no intangível	-	_	(15)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(16)	(82)	(31.807)

Total do passivo As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Outras obrigações Obrigações fiscais e previdenciárias Recursos para destinação específica

Patrimônio líquido Capital social Ações ordinárias - País Reservas de lucros

5.826 157 579 1.060.163 1.000.000 1.000.000 60.163

1.000.000 1.000.000

54.262 1.624.505 1.512.839

Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa

Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do período

Fluxo de caixa das atividades de financian

Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior

Caixa líquido das atividades de financiamentos

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

Dividendos pagos de exercício anterio

luros sobre o capital próprio pagos

. Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores por meio do Código de Ética e Conduta, da Política de esponsabilidade Socioambiental e pelo Programa de Integridade e Anticorrupção.

tomar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. vacinadas. Desde 2011, a empresa realiza campanha de vacinação. As doses não utilizadas foram doadas para o Instituto Cria Cidadã, responsável pelo projeto Casa da Solidariedade, vinculado ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

Ações Voluntárias
O Programa de Voluntariado tem como objetivo conscientizar e estimular a doação voluntária e regular de sangue e o cadastramento para a doação de medula óssea. Em 2017, foram realizadas quatro campanhas de doação de sangue, com a participação de 39 voluntários e uma campanha de cadastramento para doação de medula, com a participação de sete voluntários. A Desenvolve SP também participa da Campanha do Agasalho, que em 2017 arrecadou 172 peças de roupa entregues ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.
Doação de mobiliários ao Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), que atua principalmente na realização de programas e ações que visam o resgate da autoestima e da dignidade humana por meio da qualificação profissional. Além disso, na campanha de final de ano, foram arrecadados alimentos e mais de cem presentes para serem distribuídos no Lar das Mãezinhas, lar de idosas. impacto dos financiamentos da Desenvolve SP nos municipios e na quanto de Revista Desenvolve SP incorpiado de la publicação abordou as importantes transformações da economia. Prova da sua credibilidade já consolidada no mercado, em 2017 a Revista Desenvolve SP foi vencedora do seu segundo prêmio, o Prêmio Excelência e Inovação em PR 2017, representado pelo reconhecido Trofeu Jatobà, e que contempla trabalhor de comunicação realizados no País e em toda a América Jatina. No ano anterior, a revista foi vencedora do Prêmio Aberje 2016, que reconhece as melhores práticas em comunicação empresarial do país.

3. DOAÇÕES E PATROCÍNIOS COM INCENTIVO FISCAL



DESENVOLVE SP

**SÃO PAULO** 

31.12.2017 31.12.2016

Exercícios findos em 31 de dezembro de 20	17 e 2016 e semestre findo en	n 31 de	dezembro de 20	<b>)17</b> (Em milhares de Reais)		
Reservas de lucros						
	Capital realizado	Legal	Especial de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 01/01/2016	1.000.000	11.117	27.682		1.038.799	
Lucro líquido do período	-	_	-	35.467	35.467	
Destinações:						
Reservas	-	1.773	13.690	(15.463)	_	
Juros sobre o capital próprio	_	-	-	(20.004)	(20.004)	
Saldos em 31/12/2016	1.000.000	12.890	41.372	-	1.054.262	
Mutações do período		1.773	13.690		15.463	
Saldos em 01/01/2017	1.000.000	12.890	41.372	-	1.054.262	
Lucro líquido do período	-	-	-	46.722	46.722	
Destinações:						
Reservas	_	2.336	17.255	(19.591)	-	
Dividendos	-	_	(13.690)	-	(13.690)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(27.131)	(27.131)	
Saldos em 31/12/2017	1.000.000	15.226	44.937	-	1.060.163	
Mutações do período	<u> </u>	2.336	3.565		5.901	
Saldos em 01/07/2017	1.000.000	14.468	44.102	-	1.058.570	
Lucro líquido do período	_	-	-	15.159	15.159	
Destinações:						
Reservas	_	758	835	(1.593)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(13.566)	(13.566)	
Saldos em 31/12/2017	1.000.000	15.226	44.937	_	1.060.163	
Mutações do período		758	835		1.593	
As notes explica	tivas são parto intogranto das domonstras	ãos contábo	nic .			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo

praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
I. Fundos governamentais;
III. Orçamento estadual;
III. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Pronunciamento Técnico

CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24	Evento Subsequente
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados
	oronunciamentos Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demai o Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstraçõe

recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a sequir.

valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. Em 23/02/2018, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

Agência de Fomento do Estado de 3 - Principais práticas contábeis

CPC 00 (R1) CPC 01 (R1)

–-☆ continuacão

a) Receitas e despesas Receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, nte na data do seu recebimento.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores
mobiliários de curto prazo, de alta liquidoz, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição
e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão
sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo

acrescidos dos rendimentos auteridos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador. As agências de formento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado. d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito d1. Operações de crédito e as obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso. d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro do 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de credito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos

Anualmente, as classificações das operações de crédito de clientes adimplentes são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reasi, conforme facultado pelo artigo 4°, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. artigo 4º, paragrato p d3. Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como nejulzo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Outros Valores e Bens
Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem, e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios correrão em exercícios futuros. f) Ativo permanente Ó ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados. A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e aiustados, se necessários, em cada data do balanco

ou quando aplicáveis. g) Tributos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:	
Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (20%)	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%_
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real	acrescida de adicional de

10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano

IU% soore o excedente a K\$ 240 mil no ano. Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual. Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b. d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. - Apresentação das Demonstrações Contábeis As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados

pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam: Data da Divulgação IASB BACEN-Resolução CMN Framework

//10/10	IA3 30	3.000/08
7/10/10	IAS 7	3.604/08
7/10/10	IAS 24	3.750/09
16/12/10	IFRS 2	3.989/11
16/09/09	IAS 8	4.007/11
16/09/09	IAS 10	3.973/11
16/09/09	IAS 37	3.823/09
13/12/12	IAS 19	4.424/15
emais ativos e passivos		

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço. i) Contingências

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências atvias.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

4 - Caixa e equivalentes de caixa 31.12.2017 31.12.2016

					Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações
	Curto prazo	1.12.2017 Longo prazo	Curto prazo	1.12.2016 Longo prazo	Total  10 - Patrimônio líquido a) Capital social O capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.0
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.284	287.816	_	253.316	todas nominativas e sem valor nominal.
Cotas de Fundos de Renda Fixa	62.790	-	33.457	_	b) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	_	48.563	_	26.850	Conforme disposto no artigo 35 do Estatuto Social da De
Cotas de Fundos Garantidores de Oparações de Crédito	_	1.525	-	1.109	São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao divid
(–) Provisões para Desvalorizações	_	(2.301)	_	(4.905)	(vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.
Total	72.074	335.603	33.457	276.370	
As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investi	Lucro Líquido (–) Reserva Legal				

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos

b) Cotas de fundos de investimento em participações
Estas aplicações são administradas por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos
valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e
2016, estavam assim compostas:

			31.12.2017			31.12.2016
Fundo	Capital Subscrito	Capital Integra- lizado	Valor Atualizado/ Contábil	Capital Subscrito	Capital Integra- lizado	Valor Atualizado/ Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	15.840	20.725	25.000	8.859	6.857
BBI Financial I (FIP)	10.000	7.880	14.168	10.000	7.340	6.437
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.241	5.420	10.000	5.208	4.627
Aeroespacial (FIP)	10.000	4.113	4.593	10.000	3.698	3.178
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.825	1.356	2.000	1.745	991
Total	57.000	34.899	46.262	57.000	26.850	22.090
6 - Operações de crédito:						

Cotas de Fundo de Renda Fixa

Total de Caixa e Equivalentes de Caixa

	prazo	prazo	Total	prazo	prazo	Total	D)
Financiamentos	163.647	647.867	811.514	162.547	643.433	805.980	
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	83.370	166.320	249.690	87.814	214.094	301.908	Pr
Empréstimos	53.597	45.607	99.204	19.896	17.534	37.430	Er
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	74	132	206	77	198	275	В
Total da Carteira de Crédito	300.688	859.926	1.160.614	270.334	875.259	1.145.593	H
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(20.442)	(44.880)	(65.322)	(22.494)	(43.621)	(66.115)	Es
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	280.246	815.046	1.065.292	247.840	831.638	1.079.478	Tr
b) Receitas de operações de crédito							To
		2° Seme	stre/2017	31.12.2	2017 3°	1.12.2016	<u>c)</u>
Financiamentos			33.678	70	.492	90.288	
Financiamento de infraestrutura e desenvolvim	ento		12.596	29	.591	42.444	Pr
Farantations			0.207	1 2	0.0	7 007	Pr

Curto Longo

Curto Longo

Recuperação de creditos baixados c	10.371	13.088	3.925	
Financiamentos Rurais e Agroindust	4	. 9	12	
Total		64.936	127.638	144.556
c) Carteira por setor de atividade				
	31.12.2017	Participação	31.12.2016	Participação
Setor Público	261.468	23%	318.041	28%
Administração Direta	258.289	22%	311.824	27%
Atividades Empresariais	3.179	1%	6.217	1%
Setor Privado	899.146	77%	827.552	72%
Outros serviços	555.114	48%	528.441	46%
Indústria	259.325	22%	238.714	21%
Comércio	70.441	6%	42.540	4%
Pessoas Físicas	14.143	1%	17.857	1%
Rural	123	_	_	-
Total	1.160.614	100%	1.145.593	100%

31.12.2017

31.12.2016

31/12/2017 31/12/2016

Total

Juros sobre capital próprio

Operações em Curso Normal

	AA	A	В	C	ט	E	F	G	н	lotal da Carteira	lotal da Carteira	
Parcelas Vincendas	575.356	151.381	171.581	124.842	30.465	6.948	9.497	13.848	20.631	1.104.549	1.111.917	To
01 a 30	15.004	3.290	3.268	1.904	724	173	163	280	800	25.606	24.393	(a) (
31 a 60	13.886	14.829	2.760	1.792	594	139	152	257	865	35.274	23.560	info
61 a 90	13.020	3.112	2.821	1.889	588	138	151	256	656	22.631	20.687	da
91 a 180	39.225	9.814	8.406	6.129	1.388	412	457	802	2.170	68.803	62.625	par
181 a 360	71.562	18.642	16.089	12.739	3.081	809	911	1.635	3.898	129.366	121.126	d) [
Acima de 360	422.659	101.694	138.237	100.389	24.090	5.277	7.663	10.618	12.242	822.869	859.526	
Parcelas Vencidas	_	419	919	697	813	45	122	278	223	3.516	3.039	Coi
01 a 30	_	419	916	664	574	34	102	196	217	3.122	2.708	Coi
31 a 60	_	_	3	33	239	11	20	82	6	394	331	ISS
Subtotal	575.356	151.800	172.500	125.539	31.278	6.993	9.619	14.126	20.854	1.108.065	1.114.956	ITB
						Ope	rações er	n Curso Ai	normal <sup>(a)</sup>	31.12.2017	31.12.2016	Ou
	AA	Α	В	С	D	E	F	G	Н	Total da Carteira	Total da Carteira	Tot
Parcelas Vincendas	-	-	-	10.907	4.913	13.213	13.550	901	3.569	47.053	24.921	e) (
01 a 30	_	_	_	117	284	213	28	65	141	848	876	
31 a 60	-	_	-	116	286	212	43	65	140	862	908	Rec
61 a 90	-	_	_	116	283	207	11	64	140	821	895	Rev
91 a 180	_	_	-	350	848	623	76	193	391	2.481	2.496	Ou <sup>-</sup>
181 a 360	_	_	_	698	1.697	1.213	685	134	557	4.984	4.012	Tot
Acima de 360	-	_	_	9.510	1.515	10.745	12.707	380	2.200	37.057	15.734	12
Parcelas Vencidas	_	_	_	710	870	1.539	572	411	1.394	5.496	5.716	a) F
01 a 30	_	_	_	117	313	212	29	64	141	876	977	
31 a 60	_	_	_	201	325	216	356	65	213	1.376	1.023	
61 a 90	_	_	-	215	224	218	11	65	148	881	1.064	Res
91 a 180	_	_	_	177	8	597	149	173	412	1.516	1.618	0
181 a 360	_	_	_	_	-	296	27	44	449	816	1.021	Par
Acima de 360	_	_	_	-	_	_	_	_	31	31	13	Res
Subtotal	_	_		11.617	5.783	14.752	14.122	1.312	4.963	52.549	30.637	Enc
Total	575.356	151.800	172.500	137.156	37.061	21.745	23.741	15.438	25.817	1.160.614	1.145.593	Aiu

31.12.2016

(48.206)44.732

3.925

BNDES

FINAME

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco 31.12.2017

Operações vencidas acima de 59 dias

Créditos baixados para prejuízo

g) Informações complementares

Recuperação de créditos baixados para prejuízo

condições de pagamento originalmente pactuadas

Saldo Final

Nivel de Risco	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão			
AA	-	575.357	_	612.045	_			
A	0,5	151.801	759	164.886	825			
В	1,0	172.500	1.725	172.837	1.728			
C	3,0	137.156	4.115	95.563	2.867			
D	10,0	37.061	3.706	20.713	2.071			
E	30,0	21.744	6.523	9.574	2.872			
F	50,0	23.740	11.870	24.436	12.218			
G	70,0	15.438	10.807	6.686	4.681			
Н	100,0	25.817	25.817	38.853	38.853			
Total		1.160.614	65.322	1.145.593	66.115			
f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa								
			2° Semestro	e/2017 31.12.2017	31.12.2016			

<sup>(a)</sup> Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas

(3.296)

(24.150)

2° Semestre/2017 31.12.2017 31.12.2016

Imóveis de Uso:

7 - Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

- Edificações 20.161 (825) 19.336 19.  Outras Imobilizações de Uso:  Móveis e Equipamentos 1.309 (632) 677 3  Sistema de Processamento de Dados 109 (40) 69  Sistema de Comunicação 152 (85) 67  Instalações 117 (50) 67  Total em 31/12/2017 33.448 (1.632) 31.816
Móveis e Equipamentos         1.309         (632)         677           Sistema de Processamento de Dados         109         (40)         69           Sistema de Comunicação         152         (85)         67           Instalações         117         (50)         67
Sistema de Processamento de Dados         109         (40)         69           Sistema de Comunicação         152         (85)         67           Instalações         117         (50)         67
Sistema de Comunicação         152         (85)         67           Instalações         117         (50)         67
<u>Instalações</u> 117 (50) 67
(==)
Total am 34/43/2047 33 449 (4.633) 34.946
Total em 31/12/2017 33.448 (1.632) 31.816
Total em 31/12/2016 33.509 (1.102) – 32.
b) Intangível
Custo Amortização Custo líquido de Amortiza
31/12/2017 31/12/2
31/12/2017 31/12/2017 0utros Ativos Intangíveis:
Outros Ativos Intangíveis:
Outros Ativos Intangíveis:         5.142         (1.766)         3.376         3.4

Total

245.253 315.513 63,07 245.172 59,84 67.229 93.728 18,74 114.424 27,93

392.331 500.215 100,00 409.728 100,00

0-30 31-180 181-360 Acima de 360

6.419 29.305 34.536 2.628 11.626 12.245

Custo Depreciação

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

		° semestre		
	Nota	de 2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		76.996	171.532	181.150
Operações de crédito	6	64.936	127.638	144.556
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.060	43.894	36.594
Despesas da intermediação financeira		(33.196)	(55.014)	(71.432)
Operações de empréstimos e repasses		(16.542)	(31.657)	(26.700)
Provisão para operações de crédito	6	(16.654)	(23.357)	(44.732)
Resultado bruto da intermediação financeira		43.800	116.518	109.718
Outras receitas/despesas operacionais		(23.851)	(50.270)	(52.524)
Receitas de prestação de serviços	11	1.893	3.527	5.828
Rendas de tarifas bancárias		2.675	4.476	2.847
Despesas de pessoal	11	(18.009)	(35.660)	(35.550)
Outras despesas administrativas	11	(7.805)	(16.407)	(19.730)
Despesas tributárias	11	(2.930)	(6.622)	(7.803)
Outras receitas operacionais	11	472	940	2.950
Outras despesas operacionais		(147)	(524)	(1.066)
Resultado operacional		19.949	66.248	57.194
Resultado não operacional		116	78	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		20.065	66.326	57.194
Imposto de renda e contribuição social		(3.182)	(16.577)	(19.268)
Provisão para imposto de renda	12	(1.648)	(4.080)	(12.724)
Provisão para contribuição social	12	(1.482)	(3.400)	(10.726)
Ativo fiscal diferido	12	(52)	(9.097)	4.182
Participações estatutárias no lucro		(1.724)	(3.027)	(2.459)
Lucro líquido		15.159	46.722	35.467
Juros sobre capital próprio	10	(13.566)	(27.131)	(20.004)
Lucro por ação (R\$)	10	0,01516	0,04672	0,03547
As notas explicativas são parte integrante das de	monstra	cões contáb	eis	

9 - Outras obrigações a) Sociais e estatutárias

c) Reserva legal

Juros sobre o capital próprio	19.068	13.372
Participação nos lucros	1.899	1.344
Total	20.967	14.716
b) Fiscais e previdenciárias		
	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre salários	2.289	2.600
Contribuição Social	860	7.033
Imposto de Renda	554	6.675
Impostos e contribuições diferidos	455	_
COFINS	383	419
PIS	62	68
Outros	51	63
Total	4.654	16.858
c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundo	s Financeiros e de Desen	volvimento (a)
	31.12.2017	31.12.2016
Programa Frota Nova Município	13.804	_
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo	8.569	_
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	5.887	7.586
Programa Renova SP	1.772	2.311
Total	30.032	9.897
(a) Perference of the control of the	5 I I & 41 1 47 1 I T	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1

 Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo Ministério do Turismo, destina
dos a subsidiar os juros das parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento
d) Outras Obrigações - Diversas 31.12.2017 31.12.2016 2.552 Provisões para despesas de pessoal 2.925 Provisões para despesas administrativas Provisão para Passivos Contingentes 553 763 Credores diversos 135

iotai	0.141	7.204
10 - Patrimônio líquido		
a) Capital social		
O capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de açõe	es ordinárias de	e classe única,
todas nominativas e sem valor nominal.		
b) Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Conforme disposto no artigo 35 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agêno		
São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obriga	tório correspor	idente a 25%
(vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.		
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro Líquido	46.722	35.467
(–) Reserva Legal	(2.336)	(1.773)
Base de Cálculo Ajustada	44.386	33.694
Juros sobre o capital próprio	27.131	20.004
Reserva de lucros	17.255	13.690
Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são di à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739 Em 31 de dezembro os juros sobre capital próprio excedem aos 25% de divid	, de 19 de feve	reiro de 1997.

constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. d) Reserva de lucros O saldo remanescente do resultado do período é destinado para reserva de lucros, cuja destinação será definida em Assembleia Geral Ordinária. e) Lucro por ação

, zacio poi agao			
	2° Semestre/2017	31.12.2017	31.12.2016
_ucro líquido do período	15.159	46.722	35.467
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,01516	0,04672	0,03547
11 - Desdobramento das contas de resultado a) Receitas de Prestação de Serviços			
	2° Semestre/	2017 31.12.20	17 31.12.2016

5.828 Administração de Fundos de Desenvolvimento b) Despesas de pessoal Semestre/2017 31.12.2017 31.12.2016 ncargos sociais Benefícios (6.123)(5.496)Honorários de diretores e conselheiros (1.431) (2.831) (2.888) stagiários (159)(336)(349) reinamento

(35.550) otal (18.009)Outras despesas administrativas 31.12.2016 tre/2017 31.12.2017 (5.693) Propaganda e publicidade (a) (938) Servicos técnicos especializados (2.766)(2.490)Patrocínios e relações públicas (a) Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) (495)(1.137)(1.149)(352) (697) (703) Depreciação (313)(672)(579)Manutenção e conservação de bens Serviços de terceiros (301)(574)Comunicações (167)(300)(289)(142) (149) Publicações (291) (285) (303) (242) Vigilância e segurança (121) (106) (999) (233) Amortização (242) (219) Água, energia e gás Viagem no país (122)(219)(215)Contribuições filantrópicas (775) (180)(180)Servicos do sistema financeiro (100)Materiais de Escritório (43) (165) Viagens no exterior (55)Seguros **Total** (41)

OS gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais nformativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

(7.805)

3.392 2.713 6.783 5.426 5.001 4.001

(16.407)

(19.730)

	2° Semestre/2017	31.12.2017	31.12.2016
Contribuição ao COFINS	(2.227)	(5.294)	(6.423)
Contribuição ao PIS	(362)	(860)	(1.044)
ISSQN	(172)	(295)	(259)
ITBI	(164)	(164)	_
Outras	(5)	(9)	(77)
Total	(2.930)	(6.622)	(7.803)
e) Outras receitas operacionais			
	2° Semestre/2017	31.12.2017	31.12.2016
Recuperação de Encargos e Despesas	279	553	2.785
Reversão de Provisões Operacionais	111	299	138
O t	00	0.0	27

lotal control of the	(2.930)	(6.622)	(7.803)
) Outras receitas operacionais			
	2° Semestre/2017	31.12.2017	31.12.2016
Recuperação de Encargos e Despesas	279	553	2.785
Reversão de Provisões Operacionais	111	299	138
Dutras	82	88	27
<b>Total</b>	472	940	2.950
<ol> <li>Imposto de renda e contribuição social</li> <li>Reconciliação do imposto de renda e contribuiç</li> </ol>	ão social		
2° Sem	estre/2017 31.	12.2017	31.12.2016

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social									
	2° Semest	re/2017	31	.12.2017	31	.12.2016			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL			
esultado antes da tributação sobre o lucro e participações	20.065	20.065	66.326	66.326	57.194	57.194			
articipação dos empregados	(1.724)	(1.724)	(3.027)	(3.027)	(2.459)	(2.459)			
lesultado após a participação dos empregados	18.341	18.341	63.299	63.299	54.735	54.735			
incargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20% sjustes para Cálculo de IR e CSLL:	(4.585)	(3.668)	(15.825)	(12.660)	(13.684)	(10.947)			
Adições	(5.133)	(4 027)	(7.550)	(5 002)	(13.318)	(10 520)			
Exclusões	4.400	3.510	,	9.737	8.462	6.750			
acontivos fiscais	186	_	192	_	785	_			

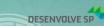
Imposto de Renda e CSLL	(1.648)	(1.482)	(4.080)	(3.400)	(12.724) (	10.726)
Ativo fiscal diferido	705	(302)	(4.207)	(4.435)	3.746	437
Passivo fiscal diferido	(284)	(171)	(284)	(171)		
Despesa de IR e CSLL	(1.227)	(1.955)	(8.571)	(8.006)	(8.978) (	10.289)
b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferid						
Os créditos e obrigações tributárias diferidas re						
lucro líquido foram constituídos sobre diferença						
se alíquota de 40%, exceto as provisões co	m despesa	as admin	istrativas	aplicadas	a 45%, c	onforme

oresentado a seguir Diferenças Temporárias Provisões para créditos de liquidação duvidosa **31.12.2017** 9.490 40.531 31.12.2016 Baixa C 510 477 523 490 Provisões para despesas administrativas

Provisoes para desvalorização de títulos livres	1.962	1.852	811	921
Provisões para passivos contingentes	211	44	128	295
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	_	_	27	27
Total dos créditos tributários diferidos	50.939	19.588	10.946	42.297
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	-	_	455	455
Total das obrigações tributárias diferidas	-	-	455	455
As baixas das provisões para despesas administrativas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relati foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo A expectativa de realização dos créditos, relativos às divuídosa, foi baseada em projeções de resultados futuro pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Admin de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a	ivas à prov com os p espesas co os e funda istração, c	visão para cre orazos definio om provisão omentada en	éditos de liquidaçã dos na legislação v para créditos de n estudo técnico, m a Circular Bace	o duvidosa vigente. Iiquidação examinado



# FINANCIAMOS A INOVAÇÃO PARA INCENTIVAR A ECONOMIA







VALOR (R\$ mil)

1.057.470

1.057.470 350.000 32.499

1.182.225

252 416

1.434.640

321.236 **17.933** 

556.833 553.981 49,31%

48.28%

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais) Essa Política definiu diretrizes e procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental nas operações realizadas pela Desenvolve SP, garantindo a promoção do desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. Também definiu critérios socioambientais para a avaliação de garantias e contratações administrativas realizadas pela Desenvolve SP. Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

2018	2019	2020	2021	2022	Total longo prazo	Total Curto e longo prazo
20.670	9.534	11.248	780	65	21.627	42.297
19.347	8.267	8.794	578	44	17.683	37.030
	20.670	20.670 9.534	20.670 9.534 11.248	20.670 9.534 11.248 780	20.670 9.534 11.248 780 65	

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Durante o exercício de 2016, foi adquirido o imóvel onde se localiza a sede da Instituição, que pertencia à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 30.749, conforme laudo de avaliação elaborado pela Procuradoria Geral do Estado.

Os custos com o pessoal-chana da Instituição.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2° Semestre/2017	31.12.2017	31.12.2016
Benefícios de Curto Prazo	1.656	3.276	3.344
Diretoria	909	1.827	1.794
Conselho de Administração	393	787	853
Comitê de Auditoria	223	445	445
Conselho Fiscal	131	217	252
Outros Benefícios de Longo Prazo	161	322	322
Diretoria	161	322	322
Total	1.817	3.598	3.666

14 - Contingências				
Natureza	31.12.2016	Baixa	Constituição	31.12.2017
Trabalhista	497	(109)	150	538
Cível	56	(1)	170	225
Total	553	(110)	320	763

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Superintendência de Controle de al é realizado pela Superintendência de Controle de Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Supe Riscos, *Complianc*e e Normas (Suric), unidade ligada diretamente à Presidência

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável

pelas normas e pelos controles internos e *Compliance.* O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na

10 - Estrutura de Sistemas
Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados validados através de modelos proprietários.

17 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

são revisadas anualmente e submetidas para a As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisa aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

gerenciamento de riscos e de Capital.

a) Risco Operacional

O MNP - Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para Administração, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria. O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional. O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA<sub>DOBAD</sub>, conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen). Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

b) Risco de Mercado
O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R<sub>BAN</sub>) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.
Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.
Pierca do Crédito.

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gere ciamento desse risco.

ciamento desse risco. Essa Política segrega a gestão do crédito da gestão do risco de crédito. A gestão do crédito é realizada pela Superintendência de Crédito (Sucre) e está definida como sendo o planejamento, a implementação e a administração dos princípios de crédito. pronegioniemo, a impremientação e a administração dos princípios de Crédito. Essa gestão inclui os procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, realizados pela Superintendência Jurídica (Sujur), e a avaliação do grau de suficiência de garantias de recebíveis, realizada pela Superintendência do Tercebiqui, de Inferençação (Grán)

de Tecnologia da Informação (Sutin).

A gestão do risco de crédito é a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, realizada pela Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA<sub>CPAD</sub>, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644/2013.

a) Nisco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de

Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

en caso de estresse de líquidez.

e) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de

capital.'

18 - Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental

A Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrize devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabil Socioambiental (PRSA), prevê, entre outros, que a PRSA deve estabelecer diretrizes para o gerenciamen

a Desenvolve SP implementou a Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental no início de julho de 2017

ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%) ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)

CONTADOR Lucivaldo Pereira Lima CRC 1SP258038/O-1

pelas instituições financeíras. Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

O cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela resultamentação virentes conference paralla a trabela abriava.

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2017
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

CAPITAL PRINCIPAL

DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

PARCELA RWA

abordagem padronizada

PARCELA RWA<sub>NPAD</sub> requerimento de capital referente ao risco de mercado abordagem padronizada

PARCELA RWA<sub>OPAD</sub> - requerimento de capital referente ao risco operacional abordagem padronizada

PARCELA R<sub>BAI</sub> - risco de taxas de juros das operações não classificadas

RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA<sub>CPAD</sub> + RWA<sub>MPA</sub> <sup>D</sup> + RWA<sub>OPAD</sub>)

MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO (1,25%)

MARGEM SORRE O ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL

ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo = 9,25%)

MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R<sub>BAN</sub> E O ACP

ÍNDICE DE BASILEIA AMPLO - inclui R<sub>BAN</sub> (mínimo = 9,25%)

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR I) PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR II)

PATRIMÓNIO DE REFERÊNCIA (PR)
PATRIMÓNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA (PR
RWA)
PATRIMÓNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE

**DIRETORIA COLEGIADA** 

Milton Luiz de Melo Santos **Álvaro Sedlacek**Diretor Financeiro e de Negócios Joaquim Elói Cirne de Toledo Diretor de Infraestrutura e TI

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2017** 

**Julio Themes Neto**Diretor de Fomento e de Crédito

1. INTRODUÇÃO - 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2015. 1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avalidação das defertividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles intérnos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reinem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de compliance e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas. 13 Composição: O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. São independentes e suas funções são indelegáveis. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo. No primeiro semestre de 2017, foi alterada a presidência do Comitê de Auditoria, passando a ser exercída pelo também Conselheiro de Administração, Francisco Vidal Luna. 2. AITVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO: Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente ocorre até março do ano subsequente, exte Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data. Em consequência, execpcionalmente, foram incluídas no relatório anual de 2017 atividades de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018. Com essas alterações, os relatórios deste Comitê de Auditoria seguirá a seguinte periodicidade: exelatório Semestra

conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais. As versões resumidas dos relatórios acompanham as demonstrações financeiras publicadas e tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). 3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DISPOSIÇÃO PARE A O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: O CONITÉ DA O MUNICIPA DE CONICIPA DE A CONICIPA DE A CONICIPA DE A CONICIPA DE CONICI e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). 3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS A DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: O Comité de Auditoria efetuou recomendações administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos compliance e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação o concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição. 4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS: A concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição. 4. AVALIAÇÃO DA ÉFETIVIDADE DOS ISITEMAS DE CONTROES INTERNOS: A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os niveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor. A KPMG Auditores Independentes examinou as demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2017 e emitiu opinião quanto ao seu preparo, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. A BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples examinou as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2017 e também emitiu opinião quanto ao seu preparo, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado das suas revisões dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a KPMG Auditores Independentes produziu relatórios de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno relativos ao primeiro semestre de 2017. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de con

**EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA:** O Comité de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que

pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia possami aretar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cohertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pelas Auditoria Independentes (KPMG e BDO RCS) no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2017 (auditado pela KPMG) e do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 (auditado pela BDO RCS). 6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A desponsações de servações de informações em productas de sistemas do informações com productas de servações de servações em productas de servações de servações em productas de servações de servações em productas de servações de serv (auditado pela BDO RCS). 6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS: A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os esponsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. 7. CONCLUSÕES: financeiras. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. **7. CONCLUS ČES** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 26 de fevereiro de 2018 **Francisco Vidal Luna** 

Francisco Vidal Luna Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

eiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e à vista do so Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à nbleia Geral Ordinária para aprovação.

Marcos Antonio Monteiro - Presidente Arnaldo Calil Pereira Jardim - Conselheiro Francisco Vidal Luna - Conselheiro José Luiz Ribeiro - Conselheiro

Lídia Goldenstein - Conselheira

submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

Kelly Lopes Lemes

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018 Isadora Chansky Cohen

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2017, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem

Nelson Okamura

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo**S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionis de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a sequir intitulada adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa asuditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Desenvolve SP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nosas opinião. Princípais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria: estorica para fundamentar nosas opinião. Princípais assuntos de auditoria: estorica de auditoria estoria de auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD: Conforme mencionado nas notas explicativas 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 65.322 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e judgamentos da Desenvolve SP. Devido à relevância das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que consider de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Créditos tributários:** Conforme nota explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 42.297 mil, que tomaram como base estudo de

ATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁIS

projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário
envolve julgamentos e premissas de natureza subjeitiva, estabelecidas pela Administração com base em
estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o
desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do
Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de
diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar
diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto
contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto: Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de
apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários,
tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da
área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados,
tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com
base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos acima descritos, consideramos que os crítérios e
as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no
contexto das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de
comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório datado de 22 de fevereiro
de 2017, sem modificação. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o
relatório do auditor relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração e responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenvolve SP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração peretenda liquidar a Desenvolve SP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da Desenvolve SP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos da pesenvolve SP; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe increteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dóvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenvolve SP. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria aras respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso apinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenvolve SP a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamonos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018



Paulo Sergio Barbosa Contador - CRC 1 SP 120359/O-8